

MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E MEMÓRIA: CONSTRUINDO EXPERIÊNCIAS, REIVINDICANDO A POSSE DA TERRA E FAZENDO EDUCAÇÃO POPULAR NA “LUTA DO POVO DE ALAGAMAR”¹

Gildivan Francisco das Neves/ Fabíola Andrade Pereira/ Severino Bezerra da Silva

(Mestre, Universidade Federal da Paraíba, gildivanneves@hotmail.com/ Doutora, Universidade Federal de Tocantins, fabagnes@uft.edu.br/Doutor, Universidade Federal da Paraíba, severinobsilva@uol.com.br)

Resumo: A História do campo no Brasil é marcada pela concentração fundiária e por resistências travadas pelos trabalhadores rurais para assegurar a permanência em propriedades. Dentre os capítulos de resistência no campo, evidencia-se a “Luta do Povo de Alagamar”, movimento social protagonizado por foreiros da Grande Alagamar, propriedade rural situada entre os municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana – PB, entre os anos 1975 e 1980. Elenca-se como objetivo geral analisar de que maneira, ao agenciarem pela posse da terra, os trabalhadores rurais partícipes da “Luta do Povo de Alagamar” vivenciaram um processo educativo que se aproxima dos pressupostos da Educação Popular. Situado no campo da História Social, recorre a fontes como cordel e documentos impressos. Nos diversos espaços do movimento social, os participantes empreenderam um processo educativo, ao passo que problematizaram suas realidades e construíram leituras de mundo a partir do diálogo entre si e com agentes externos.

Palavras-Chave: “Luta do Povo de Alagamar”. Memória. Experiência. Educação Popular.

Introdução

A história do campo no Brasil é marcada pela sistematização de diversos movimentos sociais que contestam, principalmente, a maneira como é alicerçada a estrutura fundiária no país. Compreende-se que enquanto agenciam em suas trajetórias de lutas, os partícipes das referidas ações coletivas constroem experiências e vivências que podem interferir na maneira como tecem suas leituras de mundo e compreendem as tramas que balizam as relações sociais, econômicas e culturais, tendo em vista que os movimentos sociais são espaços de educar na perspectiva que podem resultar na construção de conhecimentos acerca de um objeto e agir como “[...], pedagogos no aprendizado dos direitos sociais” (ARROYO, 2003, p.31).

Ratificando o exposto e compreendendo a educação enquanto uma prática cultural, evidencia-se que a educação não ocorre apenas na escola, mas em diversos espaços sociais. Assim, “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o único praticante” (BRANDÃO, 2007, p.9).

Mediante ao exposto, elenca-se como objetivo geral analisar de que maneira, ao agenciarem pela posse da terra, os trabalhadores rurais partícipes da “Luta do Povo de Alagamar” vivenciaram um processo educativo que se aproxima dos pressupostos da Educação Popular. Justifica-se pela

¹ O presente artigo trata-se de um recorte de uma dissertação de mestrado de autoria de Gildivan Francisco das Neves, intitulada História e Memória da “Luta do Povo de Alagamar”: experiências de vida e construção de práticas educativas em diálogo com a Educação Popular, orientada pelo professor Dr. Severino Bezerra da Silva, defendida em 2014 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPG, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

necessidade de trazer para o debate capítulos de uma história protagonizados por trabalhadores rurais e que, muitas vezes, foram negligenciados pela escrita da História. Torna-se primaz a construção de narrativas que evidenciem o campo como um espaço de vida e de construção de saberes e que comporta muitas histórias que podem ser desveladas pelos pesquisadores.

Situado no campo teórico da História Social, o artigo será construído a partir de folheto de cordel e documentos impressos utilizados na pesquisa de mestrado anteriormente evidenciada. Cabe destacar que existe uma série de elementos acerca da “Luta do Povo de Alagamar” e de suas práticas educativas que não serão contempladas no presente escrito.

Historiando a “Luta do Povo de Alagamar”

Nos anos 1970, Alagamar era constituída por diversos sítios tais como Piacas, Maria de Melo, Alagamar, que totalizavam uma extensão territorial de 13.000 hectares, pertencente a Arnaldo Maroja, como evidencia o Informativo Arquidiocesano n.83 de 1980. De acordo com o documento citado, viviam na localidade cerca de 700 famílias que pagavam o foro em troca da permanência na terra e do desenvolvimento de alguns tipos de cultivo.

O panorama evidenciado passa a sofrer alterações a partir de 1975, com a morte do proprietário das terras, quando os sítios começam a ser postos a venda sem aviso prévio aos moradores, caracterizando um novo momento de rompimento da “tranquilidade” que caracterizava o ritmo de vida na referida comunidade rural. Acerca do momento de transição evidenciado, ressalta-se que:

Como o senhor Arnaldo Maroja era solteirão e não tinha filhos, as terras dele ficaram num testamento para ser dividido com 42 herdeiros. Foi aí que o doutor José Valdomiro Ribeiro Coutinho, parente do senhor Maroja, e o administrador Arlindo Paulino, venderam as terras sem avisar aos moradores arrendatários. E aí começou A LUTA DO POVO DE ALAGAMAR; PORQUE OS NOVOS PROPRIETÁRIOS ESTAVAM DESPEJANDO MUITA GENTE. (INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO n.83, 1980, p. 1, grifos do autor).

Frente à nova realidade instaurada, os trabalhadores rurais começaram a se organizar no sentido de buscar a permanência na terra. No caso de Alagamar, as ameaças de expulsão da terra, desenvolveram nos trabalhadores rurais a construção do sentimento de pertencimento a uma classe, à medida que perceberam que estavam vivendo uma situação em comum e de que a sistematização de um coletivo poderia resultar na desapropriação das terras. Tal fato remete ao exposto por Thompson (1987) quando discute o “fazer-se” enquanto classe.

A “coesão” no caso de Alagamar começou a ser forjada a partir do momento em que trabalhadores rurais foram pagar o foro ao novo proprietário e não foi expedido, como de costume, o recibo que comprovaria o pagamento da taxa, o que pode ser percebido através dos versos que seguem: “Num pagamento de foro/ Surgiram alguns desaforos/ Foi um descontentamento/ Final de setenta e seis/ Primeira reunião/ De sete agricultores/ Criou-se uma comissão” (FAUSTINO, 2013, p.1)².

Frente a exposto, remete-se a Thompson (1987, p.12) quando ressalta que “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história”. Enquanto viviam suas histórias, os trabalhadores rurais de Alagamar depararam-se com a ameaça de expulsão das terras, o que se constituía, também, como uma ameaça de eliminação das relações sociais e costumes que haviam sido sistematizados em tal espaço. Os versos a seguir apresentam indícios para compreender o momento da constituição de um sentimento de coletivo por parte dos partícipes do movimento social em foco. De acordo com o poeta,

Criou-se uma comissão/ Que foi falar na FETAG/ Pra encaminhar para a CONTAG/ Nossa reivindicação/ O Senhor Álvaro Diniz/ O diretor presidente/ Atendeu os sete irmãos/ Que foram fazendo a frente/ E disse aos agricultores/ Os que sofrem esses horrores/ Mande aqui falar com a gente/ Com a chegada dos sete/ Que foram à federação/ Cresceu o entusiasmo/ Fizemos uma reunião/ Cada um contribuinte/ Dessa vez já forma vinte, [...]. (FAUSTINO, 2013, p.3).

Chama atenção a quantidade de indivíduos que, processualmente, foram aderindo ao grupo e, também, como as ações dos trabalhadores rurais eram empreendidas respaldadas por orientações jurídicas. A seguir apresenta-se como ao construírem estratégias de resistência, os partícipes do movimento social foram vivenciando um momento educativo.

A “Luta do Povo de Alagamar” e a construção de práticas educativas

Direcionado um olhar para algumas estratégias de resistência utilizadas pelos agentes envolvidos no movimento social abordado, percebe-se momentos em que foram construídas práticas que podem ser vistas enquanto educativas, na perspectiva que geraram leituras e problematizações da realidade vivida e construção de conhecimentos, por exemplo, no que se refere ao aparato legal que versa sobre a questão da terra no Brasil.

² Trata-se de um folheto de cordel intitulado *A História de Alagamar em Cordel* de autoria de Severino Izidro Faustino distribuído durante uma amostra pedagógica das escolas municipais de Salgado de São Félix – PB, no ano de 2013.

Um primeiro espaço a ser ressaltado foi o diálogo estabelecido entre os trabalhadores partícipes da ação coletiva e representantes da Igreja Católica ligados a Teologia da Libertação, como Dom José Maria Pires, diálogo que era estabelecido tanto na comunidade rural, como a partir de reuniões ocorridas externamente, das quais participavam um grupo de trabalhadores rurais, representante do movimento social e denominado de “A base”.

Uma das primeiras reuniões efetivadas em Alagamar, no contexto do movimento social, ocorreu à sombra de uma árvore, como evidenciado na citação a seguir:

Feitas estas considerações teóricas e metodológicas, um primeiro aspecto que observamos no depoimento de José André Filho (2013) é o empreendimento de uma prática educativa gestada não em um espaço institucional, mas à sombra de um “pé de trapiá”, árvore que, comumente, pode ser encontrada na região de Salgado de São Félix e Itabaiana em que se situa a “Grande Alagamar”. Visualizamos uma prática educativa construída à sombra da referida árvore, no sentido que, através do diálogo entre trabalhadores rurais e representantes da Igreja Católica, ocorreu uma troca de experiências a partir do momento em que os moradores de Alagamar relataram as suas vivências de opressão e os religiosos apresentaram experiências de resistência que estavam sendo desencadeadas em outras comunidades rurais da Paraíba e do Nordeste. (NEVES, 2014, p.139).

Visualiza-se uma prática educativa gestada à sombra de uma árvore e que tinha por base um diálogo em que os trabalhadores rurais relatavam a situação de ameaça de expulsão e, ao mesmo tempo, tomavam conhecimento da existência de outras comunidades rurais que estavam vivenciando situações análogas. O diálogo construído entre os partícipes da ação coletiva desencadeada em Alagamar e os agentes externos (representantes de um segmento católico), contribuiu para que pudessem pronunciar suas realidades de negação de direitos e opressão. Como Paulo Freire fez uso da sombra de uma árvore (uma “mangueira”) para refletir sobre a vida, os homens e mulheres de Alagamar utilizaram tal recurso para iniciar um processo de problematização da questão da terra em Alagamar. (FREIRE, 2005).

Além das reuniões, que de acordo com Silva (2010), eram sistematizadas com base na metodologia adotada pelas Comunidades Eclesiais de Base- CEBs, outra prática educativa que pode ser visualizada era o diálogo que ocorria entre os trabalhadores rurais de Alagamar e os de outras comunidades que estavam vivenciando situações de resistências. Tal diálogo era efetivado tanto de maneira presencial, como a partir da publicação de cartas ou notas na imprensa. A seguir, evidencia-se um trecho de uma das cartas:

Ouvíamos e vemos pelos jornais e rádio o problema que vocês estão enfrentando e vendo os esforços e suor de vocês se destruindo impune. Mas não desanimem,

vamos lutar unidos e de cabeça erguida, [...]. Assim como vocês, temos umas perguntas a fazer a estes homens sem Deus. Será que os pobres não são filhos de Deus? Por que temos direito a viver e a termos uma parte desta terra que Deus deixou para todos nós? (CARTA PUBLICADA PELOS SÍTIOS PARIPI E GURUGI, 1980)³.

As cartas tinham uma dimensão educativa na perspectiva que possibilitavam problematizar a realidade vivida e como as relações trabalhistas estavam consubstanciadas na comunidade rural, bem como abria possibilidades para refletir acerca da situação da terra no Brasil. Percebe-se, então, um aprendizado político que consiste na compreensão de “[...], quais são seus direitos e, [...], quem é quem nas hierarquias do poder estatal governamental, quais são os obstáculos ou as dificuldades para o exercício e seus direitos” (GOHN, 2010, p.43).

As estratégias de resistência adotadas pelos trabalhadores rurais e que eram planejadas nos momentos de reuniões resultaram na desapropriação de parte das terras, desapropriação que começou a ocorrer, processualmente, por volta dos anos 1980. Cabe destacar que não atingiu todos os 13.000 hectares.

Considerações Finais

A prática historiográfica se constitui como um exercício reflexivo, de escolhas, de percepção das tramas, de um processo de tecer, recortar, escolher fios, possibilidades e tons... Operou-se, no presente artigo, principalmente, na perspectiva de recortar informações e narrativas acerca de um movimento social que adquiriu repercussão nacional a época em que ocorreu e que remete a um campo vasto de possibilidades de empreendimentos de pesquisas.

Considerando o exposto acerca dos espaços de educar e da percepção dos movimentos sociais como um ambiente no qual os indivíduos aprendem mutuamente, verificou-se que a “Luta do Povo de Alagamar” se constituiu, para além de um movimento social que reivindicava a posse da terra, como um lugar em que homens e mulheres ensinavam e aprendiam dialogicamente e enquanto lutavam pela permanência no território em que muitos haviam nascido e construído suas trajetórias de vida.

Percebeu-se que as práticas educativas empreendidas aproximavam-se de uma perspectiva de Educação Popular por possuir um recorte de classe (os pobres, moradores que estavam sendo ameaçados da expulsão das terras) e porque pretendia ser transformadora, denunciadora,

³ O acesso à referida carta ocorreu através de um caderno de *clipping* de posse de um dos trabalhadores rurais que participaram da “Luta do Povo de Alagamar”.

libertadora, esperançosa e conscientizadora. Almejava ainda, a transformação dos indivíduos antes oprimidos, em protagonistas de suas histórias. Tal aproximação ocorreu, dentre outros motivos, pela presença dos religiosos relacionados à Teologia da Libertação e as orientações dadas pelo segmento aos partícipes do movimento social. Como destaca Carrillo (2007), uma das características centrais da educação popular é a intencionalidade de tornar segmentos populares em protagonistas de suas histórias e contribuir para a transformação da sociedade. No caso de Alagamar, as práticas construídas possibilitaram a construção de leituras da realidade e a sua transformação, resultando na permanência dos trabalhadores rurais nas terras.

Referências

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em Movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? In: **Revista Currículo sem Fronteiras**, v.3, p.28-49, jan/jun 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

CARRILLO, Alfonso Torres. **Educación Popular: trayectoria y actualidad.** Venezuela: Universidad Bolivariana de Venezuela, 2007.

FAUSTINO, Severino Izidro. **A História de Alagamar em Cordel.** Salgado de São Félix, 2013. (Folheto de Cordel).

FREIRE, Paulo. **À Sombra desta Mangueira.** 7. ed. São Paulo: Olho D'água, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Educador Social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Questões de Nossa Época).

INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO. **A Luta do Povo de Alagamar.** n.83. Jan/Fev 1980.

NEVES, Gildivan Francisco das. **História e Memória da “Luta do Povo de Alagamar”:** experiências de vida e construção de práticas educativas em diálogo com a Educação Popular. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, Lidiane Maria da. **Comunicação na Luta de Alagamar (1975-1980):** do boca à boca às manchetes de jornais. 2010. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária.** Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.